

Organização:

FUNARBE
FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES

UFV
Universidade Federal
de Viçosa

IPPDS
Instituto de Políticas Públicas e
Desenvolvimento Sustentável

AKSAAM

Financiamento:

FJ FIDA
Investindo nas populações rurais

DIÁLOGOS SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

WEBINAR

Organizadores:
Sílvia Oliveira Lopes
Dayane de Castro Morais
Sílvia Eloiza Priore
Ricardo Henrique Silva Santos



**Ficha catalográfica elaborada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa -
Campus Viçosa**

D536 2022 Diálogos sobre segurança alimentar e nutricional [recurso eletrônico] : webinar / Silvia Oliveira Lopes ... [et al.] -- Viçosa, MG : IPPDS, UFV, 2022.
1 livreto eletrônico (42 p.) : il. color.

Disponível em: <https://aksaam.ufv.br/pt-BR/publicacoes>
ISBN 978-85-66148-50-3

1. Segurança alimentar - Brasil. 2. Nutrição - Brasil. 3. Direito à alimentação – Brasil. I. Lopes, Sílvia Oliveira, 1991-. II. Moraes, Dayane de Castro, 1985-. III. Priori, Sílvia Eloísa, 1957-. IV. Santos, Ricardo Henrique Silva, 1963-. V. Braga, Marcelo José, 1969-. VI. Universidade Federal de Viçosa. Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável. VII. Universidade Federal de Viçosa. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia. VIII. Universidade Federal de Viçosa. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Nutrição.

CDD 22. ed. 363.80981

Bibliotecário responsável: Euzébio Luiz Pinto CRB-6/3317

Realização



Programa de Pós-Graduação
em Agroecologia



Autores

Sílvia Oliveira Lopes – Nutricionista, Mestre em Agroecologia e Doutoranda em Ciência da Nutrição pela Universidade Federal de Viçosa (silvia.lopes@ufv.br)

Dayane de Castro Morais – Nutricionista, Mestre e Doutora em Ciência da Nutrição pela Universidade Federal de Viçosa (dayane,morais@ufv.br)

Sílvia Eloiza Priore Nutricionista, Mestre e Doutora em Nutrição pela Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina. Professora do Departamento de Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Viçosa (sepriore@ufv.br)

Ricardo Henrique Silva Santos Eng. Agrônomo, Mestre e Doutor em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa. Professor do Departamento de Agronomia pela mesma instituição (rsantos@ufv.br)

Diagramação

Déborah Médice

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

MÓDULO 1 7
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: CONTEXTUALIZAÇÃO

MÓDULO 2 18
INDICADORES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

MÓDULO 3 34
AÇÕES EDUCATIVAS DE ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE
COMO PROMOTOR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

APRESENTAÇÃO

Esta publicação tem por objetivo relatar e tornar acessível ao público as discussões e conhecimentos apresentados no conjunto de webinários “Diálogos sobre Segurança Alimentar e Nutricional”.

Os webinários ocorreram nos meses de abril a junho de 2021, e foram realizados pelo projeto “Adaptando Conhecimento para a Agricultura Sustentável e o Acesso a Mercados (AKSAAM)”, via Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS) da Universidade Federal de Viçosa. Como parceiros contou com as organizações: Secretaria do Estado de Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPe), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Esta ação objetivou compartilhar a contribuição acadêmica e as experiências dos projetos apoiados pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário (FIDA) detalhando diferentes métodos e indicadores de avaliação e sua contextualização prática, assim como as ações de educação alimentar, nutricional e de saúde relacionadas com a situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O público foi composto principalmente por técnicos/técnicas, lideranças e agricultores/agricultoras que desenvolvessem atividades relacionadas com os temas nos Projetos apoiados pelo FIDA e Instituições parceiras estratégicas do AKSAAM.

Foram realizados três webinários, em dias distintos:

Módulo 1 – tema “Segurança Alimentar e Nutricional: contextualização” trouxe como eixos de discussão a socialização das ações em SAN de dois projetos apoiados pelo FIDA, Projeto Paulo Freire e Viva o Semiárido e experiência de política pública no Rio Grande do Norte, com foco preferencial em ações municipais, territoriais e estaduais. E o histórico da SAN no Brasil e no mundo.

Módulo 2 intitulado “Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional”, teve por objetivo socializar as ações em SAN de dois projetos apoiados pelo FIDA, Pró-seminário e Paulo Freire, com foco preferencial na avaliação de SAN. Além de apresentar o panorama dos trabalhos desenvolvidos pelas instituições envolvidas e sua contextualização nos marcos históricos relacionados a esta situação, discutiu-se os indicadores de avaliação da situação de SAN e os fatores associados a estes indicadores.

No módulo 3 o foco foi as ações educativas de alimentação, nutrição e saúde como promotoras de SAN. Objetivou envolver a socialização das ações em SAN dos projetos apoiados pelo FIDA, Pro-semiárido e Feiras Agroecológicas, com foco preferencial em ações educativas, visando conhecer o panorama dos trabalhos desenvolvidos pelas instituições envolvidas e sua contextualização nos marcos históricos da SAN. Além disso, foi trabalhado como as ações educativas de alimentação, nutrição e saúde podem contribuir com a SAN e a importância de planejamento de estratégias de educação alimentar e nutricional.

OS WEBINÁRIOS CONTARAM COM A PARTICIPAÇÃO DE MUITAS MÃOS PARA SEREM REALIZADOS E QUE DERAM ORIGEM AO COMPILADO DESTE TEXTO AQUI APRESENTADO!

CONVIDADOS:

María Cazé - Projeto Viva o SemiÁrido/PI

Maria Odalea Severo - Projeto Paulo Freire/CE

Alexandre Lima - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte

Maria Emilia Pacheco - FASE

Anabele Pires Santos - UFOP

Alexandre Pires - ASA

Moderação: Sônia Lucena - UFPE



CONVIDADOS:

Carlos Henrique: Projeto Pró-Semiárido/BA

Francisca Maria Rodrigues Sena e Maria do Rosário da Silva Braga: Projeto Paulo Freire/CE

Laetícia Jalil - UFRPE - UFRJ

Dayane de Castro Moraes - UFV

Moderação: Sílvia Eloiza Priore - UFV



PARTICIPANTES:

Victor Maciel - PróSemiárido/BA

Miguel David Procace/Feiras Agroecológicas

Vanessa Schottz - UFRJ

Paulo Petersen - ANA

Sílvia Oliveira Lopes - UFV

Romero Teixeira - UFVJM

Moderação: Bianca Lima Costa - UFV



MÓDULO 1

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: CONTEXTUALIZAÇÃO

Palestrantes:

Maria Cazé – Projeto Viva o Semiárido/PI

Maria Odalea Severo – Projeto Paulo Freire/ CE

Alexandre Lima – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte

Maria Emília Pacheco – FASE

Anabele Pires Santos – UFOP

Alexandre Pires – ASA

Moderação: Sônia Lucena – UFPE



Conceito e contextualização da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

A situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil sofre influências de acontecimentos internacionais e nacionais ao longo dos anos. Os principais marcos históricos da SAN têm início no século XX com a I Guerra Mundial (1939-1945) uma vez que esta reforçou a importância de os países serem autossuficientes quanto ao abastecimento de alimentos. A partir deste período tem-se a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que enfatiza que “Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como a sua família, saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e a serviços sociais necessários...”. Posteriormente o Brasil, assim como outros países, assinou o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC (1966) firmando o direito de que toda pessoa esteja livre da fome e tenha acesso à alimentação adequada (VALENTE et al, 2002; LEÃO et al., 2013).

Diante da crise de escassez de alimentos, na década de 70, que atinge diversos países do mundo, é difundido que para garantir a segurança alimentar é necessário aumentar a disponibilidade de alimentos, aumentando a produção, pois preconizava-se que a população mundial vinha crescendo de forma geométrica, enquanto a produção alimentícia não acompanhava na mesma proporção este crescimento, sendo dito que este crescimento estava em projeção aritmética.

Assim, buscando aumentar a produção de alimentos, o mundo enfrenta a “Revolução Verde”, marcada pela modernização agrícola. Sendo necessário mão de obra qualificada, utilização de máquinas e tecnologias de plantio e colheita, além da ampla utilização de insumos agrícolas, principalmente de agrotóxicos. Destaca-se que a disseminação de muitos destes insumos são resultado do escoamento dos excedentes de guerra, uma vez que foi criada uma indústria para atender as demandas da guerra que posteriormente teriam continuidade em um novo nicho de mercado, caracterizado pela utilização de químicos e criação de maquinário para a agricultura.

Os princípios de aumento da produção de alimentos, difundidos pela “Revolução Verde” que se propunha acabar com a fome e a desnutrição, não culminaram na redução da fome e desnutrição no mundo, demonstrando que o problema não é o aumento da produção e sim de acesso ao alimento. O conceito de segurança alimentar é ampliado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 1983, incluindo o acesso ao alimento, associado a oferta estável de alimentos em quantidade adequada para todos, visando garantir uma vida ativa e saudável.

Em meio a estes acontecimentos internacionais, somado ao momento de redemocratização do Brasil, com presença de movimentos sociais e

sindicais que reivindicam a valorização da vida da população, o país faz sua primeira referência à segurança alimentar, em 1985. O Ministério da Agricultura divulga que a segurança alimentar tem como objetivos atender as necessidades alimentares da população e atingir a autossuficiência nacional na produção de alimentos. Nesta abordagem reforçam o pilar da produção de alimentos para alcance da segurança, sem considerar a oferta e estabilidade propostas pela FAO anos antes. Ainda neste pronunciamento, indicam a necessidade de criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar a ser dirigido pelo presidente da República.

Já na década de 90, ocorre a Cúpula Mundial de Alimentação (1996) na qual os países membros se comprometeram a erradicar a fome, discutindo que a pobreza é a maior causa da insegurança alimentar. Estas discussões levam à ampliação do conceito de segurança alimentar, definindo a como

garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa, com preservação das condições que garantam uma disponibilidade de alimentos a longo prazo.

Frente a este novo conceito de segurança alimentar discutido mundialmente e incentivado por ações sociais contra a fome e miséria, no Brasil, a década de 90 é marcada pela criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em 1993 (extinto posteriormente em 1995), e pela ocorrência da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (1994). Assim, o país amplia o conceito, para além do acesso e produção de alimentos, de segurança alimentar sendo definida como

conjunto de princípios, políticas, medidas e instrumentos que assegure permanentemente o acesso de todos os habitantes em território brasileiro aos alimentos, a preços adequados, em quantidade e qualidade necessárias para satisfazer as exigências nutricionais para uma vida digna e saudável bem como os demais direitos da cidadania.

A partir das articulações desta I Conferência e da inclusão dos dizeres qualidade de alimentos e saúde ao conceito de segurança alimentar, discute-se a inclusão do termo nutricional no contexto da segurança alimentar, no Brasil.

No final da década de 90 tem-se a criação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) no Brasil, que incorpora o conceito de segurança alimentar em seus objetivos, reforçando ações para a garantia da qualidade dos alimentos, promoção de práticas alimentares saudáveis, prevenção e controle dos distúrbios nutricionais, bem como o estímulo às ações intersetoriais que propiciem o acesso universal aos alimentos.

A partir de 2003, o Brasil inclui em sua agenda política a erradicação da fome e da pobreza e a segurança alimentar passa a ter destaque entre as ações e discussões no país. Neste mesmo ano o CONSEA é replantado e cria-se o Programa “Fome Zero” com o objetivo de reduzir a pobreza e extrema pobreza e a fome no país a partir dos eixos de acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social.

Em 2004 tem-se a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que fortalece as ações para promoção da segurança alimentar no país, inclusive com a realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004). Nesta Conferência o debate gira em torno da construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e da necessidade de um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), bem como da deliberação pela criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan). É a partir dessa Conferência que o Brasil inclui o termo “nutricional”, passando a segurança alimentar a ser debatida como segurança alimentar e nutricional.

Desta forma, a segurança alimentar e nutricional passa a ser definida como



realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Em 2006 a Losan é então criada e consagra-se o conceito amplo da SAN no Brasil. Ainda, reafirma as obrigações do Estado de respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e estabelece definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sisan.

Nos anos que seguem tem-se a III (2007), IV (2011) e V (2015) Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que discutem a SAN, bem como a soberania alimentar pautadas no combate à pobreza e extrema pobreza, além de acesso à alimentação saudável para todos.

Vale ressaltar aqui outros conceitos importantes como o de soberania alimentar, definida como



o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão. (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, Havana, 2001).

Outro conceito, relacionado a SAN, é o de DHAA. Este é caracterizado pelo direito de todos a uma alimentação adequada, pautada na adequação nutricional, sanitária, livre de contaminantes químicos e de alimentos geneticamente modificados, com alimentos diversos no prato, respeitando a cultura e os outros direitos humanos, além de outros fatores, como demonstrado na Figura 1. Neste conceito é também incorporado o termo “saudável” já que se constitui importante elemento para as discussões em torno da alimentação.



Fonte: BRASIL, 2009.

Figura 1. Fatores relacionados à Alimentação Adequada e Saudável e ao Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA).

Em 2010 tem-se a aprovação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), por meio do Decreto nº 7.272/2010, que estabelece diretrizes pautadas na universalidade, soberania alimentar, DHAA e sistemas sustentáveis de produção para elaboração do I Plano Nacional de SAN. **O objetivo geral da PNSAN é assegurar o DHAA a todos brasileiros, promovendo a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.**



No Brasil, ainda em 2010, o direito à alimentação foi instituído como Ementa Constitucional (nº 64) incluindo a alimentação como direito social, juntamente com a educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos

desamparados. A Constituição não enfatiza sobre a qualidade e adequação do alimento, mas já é um grande avanço estabelecer que é direito humano ter acesso ao alimento e este é um dever do Estado.

Assim, o I Plano Nacional de SAN (2012–2015) foi elaborado, sendo caracterizado como principal instrumento de planejamento, gestão e execução de ações previstas na PNSAN. Neste Plano pontua-se os principais desafios para combater a insegurança alimentar e nutricional no país, sendo os principais: erradicação da extrema pobreza e da insegurança alimentar moderada e grave; redução do excesso de peso (sobrepeso e obesidade) entre as diferentes faixas etárias; participação social; promoção da produção de alimentos pela agricultura familiar de forma agroecológica e sustentável; implementação da Política Nacional de Abastecimento Alimentar; e a ampliação do acesso às políticas públicas de SAN.

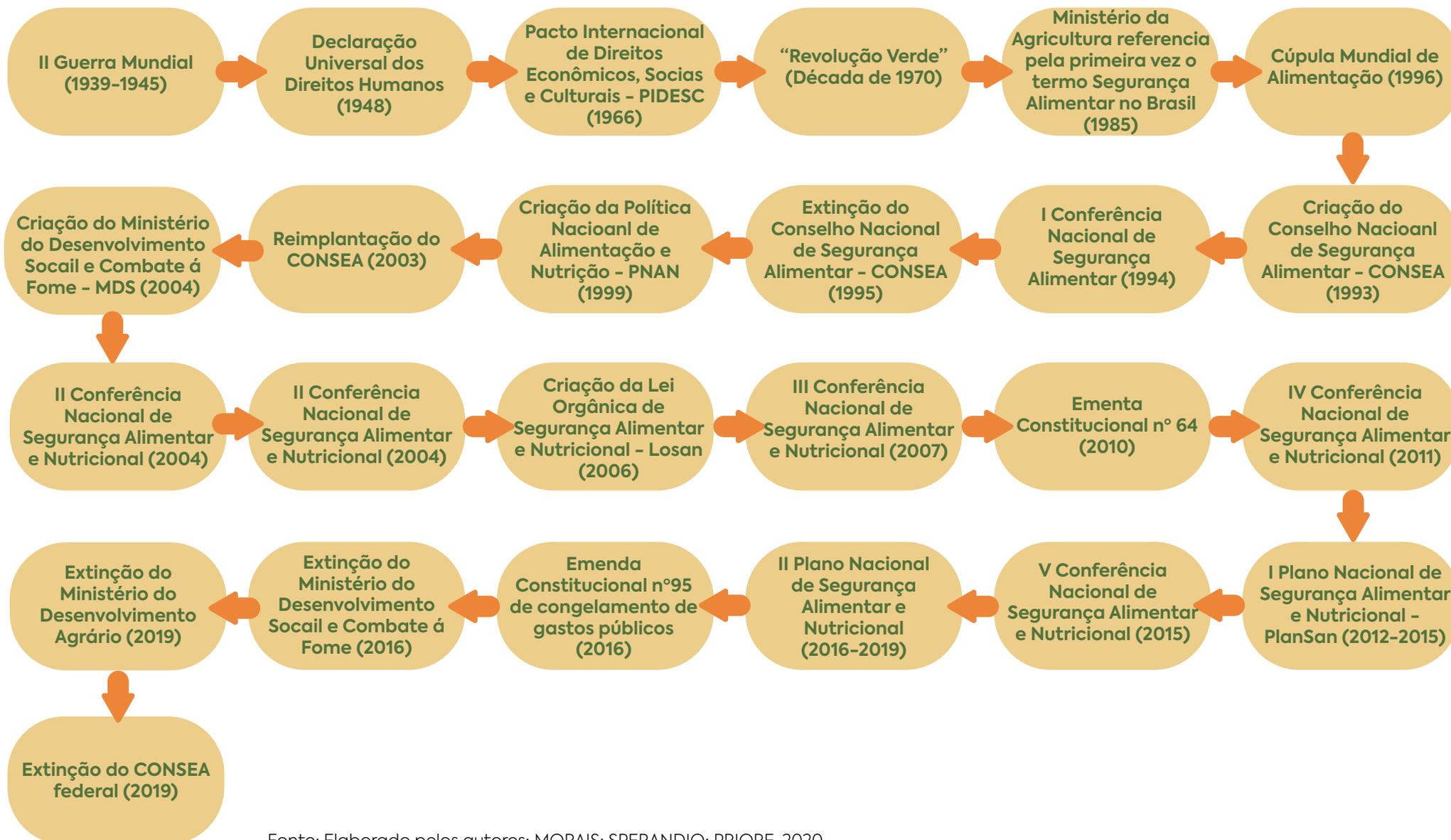
Anos depois, o II Plano Nacional de SAN (2016–2019) é lançado, destacando as estratégias e metas previstas para combater a insegurança alimentar e nutricional no Brasil, sendo estas: redução da extrema pobreza; enfrentamento da obesidade; ampliação da produção, abastecimento e consumo de alimentos saudáveis; acesso à água; e combate à insegurança alimentar e nutricional de grupos populacionais específicos.



No I e II Plano Nacional de SAN o combate à extrema pobreza e má nutrição, bem como a valorização da produção de alimentos mais saudáveis, são estabelecidos como os maiores desafios a serem combatidos visando a promoção da SAN no Brasil.

As ações e políticas públicas direcionadas ao combate a fome no Brasil vão de encontro aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e de Desenvolvimento Sustentável, discutidos mundialmente, de erradicação da extrema pobreza e da fome. Porém, a partir de 2016 o combate à fome e insegurança alimentar e nutricional deixa de ser prioridade na agenda política do país. Entre os desmantelamentos na pasta de SAN destaca-se a Emenda Constitucional nº 95 (2016) de congelamento de gastos públicos na saúde e educação, com redução na cobertura de programas relacionados a saúde, educação e segurança alimentar e nutricional; extinção dos Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2016) e Desenvolvimento Agrário (2019); extinção do CONSEA federal (2019), com conseqüente enfraquecimento dos CONSEA Estadual e Municipal e ações de SAN.

A lista histórica destes fatores relacionados à SAN pode ser observada na Figura 2.



Fonte: Elaborado pelos autores; MORAIS; SPERANDIO; PRIORE, 2020

Figura 2. Alguns marcos históricos relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional.



Para refletir 1: A última Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ocorreu em 2015 e desde então não há um espaço representativo de pesquisadores, governantes e sociedade civil que discuta a situação de segurança alimentar e nutricional, bem como a soberania alimentar e o DHAA no Brasil e quais ações devem ser tomadas para garanti-los. Somado a isso, em 2019 o CONSEA federal foi novamente instinto, deixando uma grande lacuna nas ações e interlocuções sobre segurança alimentar e nutricional (Medida Provisória nº 870 promulgada em 1º de janeiro de 2019). Diante deste desmantelamento, como garantir a segurança alimentar e nutricional para milhões de brasileiros que sofrem a extrema pobreza e a fome?



Estes desmantelamentos culminaram em um cenário de políticas sociais de promoção à SAN enfraquecido, com altas prevalências de insegurança alimentar e nutricional, marcadas pela fome e má nutrição. Ressalta-se que a má nutrição é caracterizada pela presença de desnutrição, baixa estatura, excesso de peso e carências nutricionais específicas. Com a instalação da pandemia do Covid-19, o país enfrenta uma situação ainda mais crítica, uma vez que a situação não favorável passa a ser somada a políticas emergenciais superficiais e ineficazes no enfrentamento na pandemia, resultando no incremento da vulnerabilidade social, desemprego, redução de renda e fome de grande parte da população.

Para refletir 2: Ao longo das últimas décadas o Brasil desenvolveu ações, governamentais e sociais, que culminaram na redução da insegurança alimentar e nutricional nos domicílios brasileiros. Porém, mesmo com esta redução o número de famílias em privação de alimentos permanecia alto sendo considerado um grave problema (cerca de 10,3 milhões de família, em 2017/2018 – dados da última Pesquisa de Orçamentos Familiares, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Para alarmar ainda mais esta situação, dados de pesquisas representativas da população brasileira apontam que a partir de 2017 milhões de famílias antes consideradas em situação de SAN passam a ser inseguras. E outras tantas tiveram a situação de insegurança alimentar agravada. Com a pandemia do Covid-19 esta situação de insegurança se alastra, de forma intensa, por todo o país. Diante deste cenário, o Brasil volta para o “Mapa da fome” o qual tinha saído em 2014. Esta situação de SAN será melhor discutida no Módulo2: “Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional”.

Ações da academia e de projetos sociais na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional



Para garantir a SAN da população é necessário somar ações e políticas públicas com as ações da academia e de projetos sociais, visando atender de forma direcionada as populações mais vulneráveis.



A articulação dos saberes entre academia e os projetos sociais permite a junção da ciência e da experiência, gerando técnicas apropriadas para conduzir o processo e resultando em melhor qualidade de vida, saúde e segurança alimentar e nutricional.

Ressalta-se que esta articulação em projetos de SAN tem como objetivo central o combate à pobreza e extrema pobreza, bem como à fome e má nutrição. Além disso, reforçam outros aspectos importantes como a garantia da soberania alimentar e do DHAA. Ainda, contribuem para o desenvolvimento econômico de famílias e comunidades e para o fortalecimento institucional, tanto de universidades como de Organizações não Governamentais (ONG).

Aqui é destacado alguns destes projetos, realizados em parceria com o AKSSAN (Adaptando Conhecimento para a Agricultura Sustentável e o Acesso a Mercados), que é um programa do FIDA (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola), em parceria com instituições públicas, que visam ampliar o acesso a SAN:

○ **Projeto Alimentação Saudável**, no estado do Rio Grande do Norte, que investiram fortemente na agricultura alimentar e em cozinhas comunitárias e conseqüentemente na oferta de alimentos oriundos desta produção para o Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE) e para famílias vulneráveis. Estas ações deste projeto se mantiveram durante a pandemia e culminaram no fortalecimento das cooperativas. Ainda, estimulam a utilização de sementes crioulas. Os próximos passos desta iniciativa serão a instituição de compras públicas de alimentos da agricultura familiar para serem ofertados em unidades de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS); o microcrédito para produtores familiares, sem juros; e a assistência técnica para comunidades, com base agroecológica, considerando os saberes das famílias e da ciência. Assim, favorecem o escoamento de alimentos da agricultura familiar e fortalecem o

desenvolvimento econômico e social destas famílias, além da biodiversidade e soberania alimentar.

O **Projeto Paulo Freire** é apresentado durante o webinar como uma estratégia de combate a pobreza e extrema pobreza rural, com auxílio de ações planejadas, estratégicas e constantes. Ressaltando intervenções nas áreas de SAN e saúde, através de ações como “gastronomia na escola” para recriação de espaços saudáveis e de valorização da cultura alimentar.

Em continuação a apresentação do Projeto Paulo Freire, foi oportunizada a participação de uma jovem agricultora rural de Senador Sá no Ceará, Jerlene Silva, que iniciou sua fala com um poema.

“Olá meu povo bonito!
Sou jovem aqui do Ceará,
Venho demonstrar
hoje através da minha
experiência a segurança
alimentar,
Que desde o dormir até o
acordar
Tudo é feito a partir da
agroecologia e da cultura
popular
É do plantar ao colher e
depois degustar
É sempre bom lembrar
que o excedente vai para
feira para ajudar na renda
familiar
Agora vocês vão conhecer
quem é eu e bora prosear.”



A utilização pelo Projeto Paulo Freire de espaços como a Escola Família Agrícola, contribui para compreender às práticas de convivência no semiárido, com a utilização de tecnologias sociais, como biodigestores, incentivo a construção de quintais como ferramentas de melhoria da qualidade de vida dos envolvidos.

Outro exemplo de ação é o **Projeto Viva o Semiárido** no Piauí, que também objetiva a promoção da SAN, através da produção de alimentos, reconhecendo o papel das mulheres e da juventude rural no atendimento a soberania alimentar.

A substituição de práticas culinárias pela “mercantilização do sabor” dado pelo consumo de ultraprocessados tem sido trabalhada com a valorização dos quintais produtivos. Além disso, é ressaltado dentro dos quintais a importância da agroecologia em detrimento ao uso de agrotóxicos.

Muitas são as ações desenvolvidas pelos projetos que utilizam de valorização da história, cultura, ressaltando a importância da agricultura familiar camponesa, quilombola, indígena, dos povos da água e das florestas para a promoção da SAN, soberania alimentar e no atendimento ao DHAA.

Referências

BRASIL. Avanços e desafios da Implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil: Relatório Técnico. Brasília: ABRANDH; CERESAN; CONSEA; FAO-RLC/ALCSH. 2009.

BRASIL. Constituição (2010). Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, fev. 2010a.

BRASIL. Decreto n. 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, ago. 2010b.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, set. 2006.

LEÃO et al. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional / organizadora, Marília Leão. – Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p.

MORAIS, D. de C.; SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional. Viçosa: Facev, 2020. 865 p. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wpcontent/uploads/2021/02/Ebook-Atualiza%C3%A7%C3%B5es-e-debates-sobre-Seguran%C3%A7a-Alimentar-e-Nutricional-1.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

VALENTE, F. L. Direito humano À alimentação: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.

MÓDULO 2

INDICADORES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Palestrantes:

Carlos Henrique – Projeto Pró-Semiárido/BA

Francisca Maria Rodrigues Sena e Maria do Rosário da Silva Braga – Projeto Paulo Freire/CE

Laeticia Jalil – UFRPE-UFRJ

Dayane de Castro Morais – UFV

Moderação: Sílvia Eloiza Priore – UFV



Contextualização sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Indicadores

Diante do amplo conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da evolução do mesmo, como apresentado no módulo anterior e destacado abaixo, tem-se a necessidade de avaliar a situação de SAN a partir de diferentes indicadores.



SAN consiste na “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (BRASIL, 2006)

Mas o que são indicadores? São medidas (isoladas ou combinadas) que permitem avaliar determinada situação a partir de referências ou pontos de corte pré-estabelecidos. Os indicadores podem ser diretos ou indiretos.

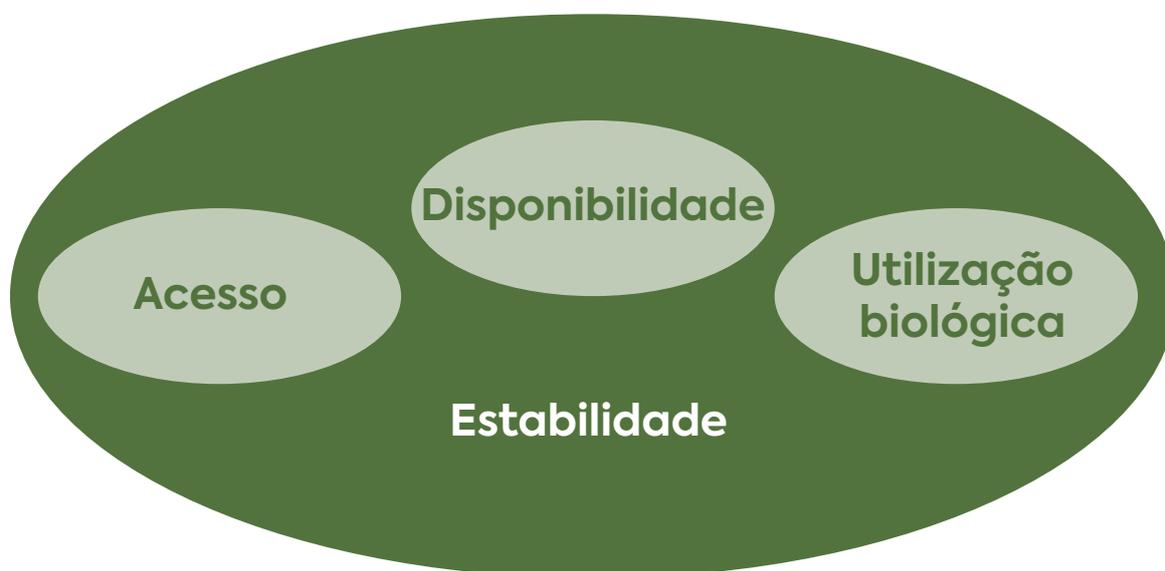
Os indicadores diretos foram construídos para avaliar uma situação específica e por isso permitem estabelecer diagnóstico. Já os indicadores indiretos não permitem definir diagnóstico, pois não foram construídos com este objetivo, mas possibilitam fazer inferências e relações sobre a situação. Vale lembrar que os indicadores indiretos, assim como os diretos, também são importantes na avaliação de diferentes situações, inclusive da SAN.



Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional

Para o monitoramento da (in) SAN é necessário a avaliação por meio de uma rede de indicadores, buscando abranger o máximo de variáveis que comportam as vertentes alimentar e nutricional e as dimensões de acesso, disponibilidade, utilização biológica dos alimentos, dentro do contexto de estabilidade (Figura 3). Assim, para avaliar estas quatro dimensões é necessário a utilização de indicadores complementares já que nenhum abarca toda a complexidade da SAN.

Com auxílio desta múltipla avaliação, espera-se conseguir compreender a situação na qual se encontra o indivíduo, a família, o domicílio ou determinada região (MORAIS; LOPES; PRIORE, 2020).



Fonte: BRASIL, 2010.

Figura 3. Dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional.

Dessa forma, para avaliar a SAN devemos primeiramente compreender quais dimensões desta pretendemos contemplar. Feito isto, iremos definir quais indicadores poderemos utilizar.

Entre os indicadores de SAN existentes destacaremos as escalas de percepção de Segurança Alimentar que permitem avaliar o acesso e a disponibilidade durante determinado período de tempo; indicadores socioeconômicos, como renda e acesso a bens e serviços que possibilitam avaliar as distintas dimensões da SAN; disponibilidade alimentar, que como o próprio nome já traz, é um indicador de disponibilidade; e indicadores nutricionais como consumo alimentar e estado nutricional, que permitem avaliar o reflexo das quatro dimensões da SAN na vida dos indivíduos ou da população (Figura 4).

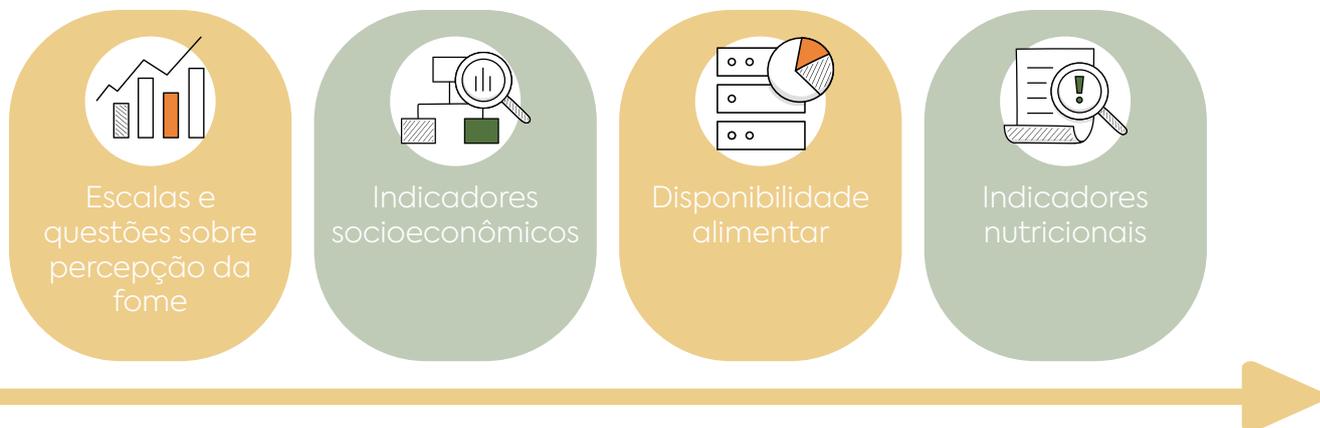


Figura 4. Indicadores da Segurança Alimentar e Nutricional.

Escalas de percepção e questões específicas

Desde a década de 90 foram criadas escalas de percepção de Segurança Alimentar que avaliam desde o receio/medo até a efetiva privação de alimentos no domicílio, considerando aspectos de qualidade e quantidade de alimentos.

Estas escalas psicométricas, que permitem mensurar a percepção dos indivíduos em relação aos alimentos, são elaboradas e validadas considerando características do país ou grupo específico que se pretende avaliar. Assim, existem escalas validadas para diferentes países, como os Estados Unidos da América (Módulo de Pesquisa de Segurança Alimentar Doméstica) e Brasil (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA), bem como para regiões como as propostas da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO (Escala de Vivência da Insegurança Alimentar - FIES) e da América Latina e Caribe (Escala Latino-americana e Caribenha de Segurança Alimentar - ELCSA).

No Brasil, a EBIA foi elaborada a partir da experiência da escala dos Estados Unidos da América e posteriormente validada para a população brasileira, em seus diferentes níveis de renda, tanto para a população urbana quanto para a rural.

A EBIA é uma ferramenta objetiva, de bom custo-benefício, que permite o diagnóstico rápido da situação de Segurança Alimentar, por ser um indicador direto. Vale ressaltar que, como o próprio nome já remete, a EBIA avalia apenas a dimensão alimentar da (in) segurança, não permitindo a avaliação da dimensão nutricional.



Como nenhum indicador é capaz de incorporar todas as dimensões da (in) Segurança Alimentar e Nutricional ressalta-se a importância da complementação da EBIA com outros indicadores para avaliação das vertentes alimentar e nutricional e das distintas dimensões da SAN.

Esta escala considera como período de referência para as respostas os últimos 90 dias e seu preenchimento varia conforme a presença de moradores menores de 18 anos. Quando no domicílio houver a presença de crianças e/ou adolescentes com até 18 anos a EBIA será preenchida em sua totalidade (14 questões) e quando os moradores são adultos e/ou idosos será preenchida até a questão 8 (oito). As perguntas da EBIA estão apresentadas no Quadro 1.

Pergunta	SIM	NÃO
1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?		
2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?		
3. Nos últimos três meses, os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?		
4. Nos últimos 3 meses os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?		
5. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?		
6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?		
7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro para comprar comida?		
8. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não tinha dinheiro para comprar a comida?		
9. Nos últimos três meses, os moradores com menos de 18 anos de idade, não puderam ter uma alimentação saudável e variada, porque não havia dinheiro para comprar comida?		
10. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos de idade comeu menos do que você achou que devia porque não havia dinheiro para comprar a comida?		
11. Nos últimos três meses, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?		
12. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?		
13. Nos últimos três meses algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar mais comida?		
14. Nos últimos três meses algum morador com menos de 18 anos de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar comida?		

Fonte: IBGE, 2010.

Quadro 1. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

A EBIA, apresentada no Quadro 1, é a versão validada e suas questões não devem ser alteradas durante a aplicação. Porém, um estudo técnico do extinto Ministério de Desenvolvimento Social orienta que a aplicação da escala em populações rurais, indígenas e quilombolas, onde há a possibilidade de adquirir alimentos não só pela forma monetária (compra), mas também pela produção de alimentos para autoconsumo e extrativismo, pode-se complementar as questões que tratam de “falta de dinheiro” para acesso e aquisição de alimentos, incluindo a expressão “falta de dinheiro ou por falta de outros recursos” (BRASIL, 2014).

A partir do número de respostas afirmativas (“sim”) às questões da EBIA podemos classificar o domicílio em situação de Segurança Alimentar ou insegurança alimentar leve, moderada ou grave. Como mencionado anteriormente, esta classificação é dependente da presença de moradores menores de 18 anos, como pode ser observado no Quadro 2.

Categoria	Número de pontos	
	Famílias com menores de 18 anos	Famílias sem menores de 18 anos
Segurança Alimentar	0	0
Insegurança Alimentar Leve	1 – 5	1-3
Insegurança Alimentar Moderada	6 – 9	4-6
Insegurança Alimentar Grave	10 – 14	7-8

Fonte: IBGE, 2010.

Quadro 2. Classificação da situação de Segurança Alimentar a partir da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

Como apresentado no Quadro 2, a presença de pelo menos uma resposta “sim” já caracteriza o domicílio como em situação de insegurança alimentar. E essa situação vai se agravando à medida que mais perguntas são respondidas de forma afirmativa. Inicialmente, na insegurança alimentar leve temos a redução da qualidade dos alimentos e já na grave temos a redução da quantidade, podendo ter a presença de fome, como visto na figura a seguir.



Figura 5. Graus de insegurança alimentar.

A EBIA deve ser aplicada ao responsável pela alimentação no domicílio, ou seja, aquele que faz a compra, produz e/ou cozinha o alimento. O avaliador deve ser imparcial e fiel às questões presentes na ferramenta, devendo ler as questões sem fazer adaptações e/ou complementações.

Ao aplicar a EBIA o avaliador deve lembrar que as perguntas são delicadas e até mesmo um pouco invasivas, por remeterem a dificuldade de ter o alimento para consumo no domicílio. Dessa forma, o avaliador deve ser empático, sensível e ético ao aplicá-las. Aconselha-se que a aplicação da EBIA não ocorra no primeiro contato entre o avaliador e a família, ou seja, deve ser aplicado no momento final de contato com aquela família em que já se espera o estabelecimento de uma relação mínima de confiança.



Além das escalas de percepção algumas questões específicas sobre Segurança Alimentar podem ser utilizadas na avaliação desta situação. Vale lembrar que, ao contrário das escalas de percepção, estas questões geralmente não permitem o diagnóstico da situação de (in) Segurança Alimentar e não distinguem os níveis (leve, moderado ou grave) da mesma.

Algumas das questões utilizadas para a avaliação e monitoramento da Segurança Alimentar podem ser observadas no Quadro a seguir.

Questão/Questões	Observação
“A comida acabou nos últimos três meses” (CARNEIRO et al., 2008)	Resposta afirmativa indica situação de Insegurança Alimentar
Das afirmativas a seguir, qual aquela que melhor descreve a quantidade de alimento consumido por sua família?: Normalmente não é suficiente; Às vezes não é suficiente; É sempre suficiente (MORAIS, 2018)	Questão presente no banco de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE) Respostas “Normalmente não é suficiente ou Às vezes não é suficiente” indicam família em situação de Insegurança Alimentar
- Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que você tivesse dinheiro para comprar mais comida? - Nos últimos três meses, você comeu apenas alguns alimentos que ainda tinha, porque o dinheiro acabou? (BRASIL, 2021)	Questões da EBIA Uma resposta afirmativa indica triagem para Insegurança Alimentar Leve e duas para Insegurança Alimentar Moderada ou Grave
- Nos últimos três meses a comida acabou antes que você ganhou mais dinheiro para comprar mais? - Nos últimos três meses, você teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para alimentar os moradores com menos de 18 anos, porque o dinheiro acabou? (POBLACION et al, 2021)	Questões da EBIA

Quadro 3. Questões que permitem inferir sobre a situação de Segurança Alimentar.

Indicadores socioeconômicos

Entre os indicadores socioeconômicos destaca-se a renda que apresenta estreita relação com a (in) SAN. Podendo ser utilizada segundo diferentes modos de avaliação, como: estratificação de pobreza e extrema pobreza (1/2 salário mínimo per capita e 1/4 salário mínimo per capita, respectivamente) e demanda de gastos com alimentação maior que 70% da renda familiar (MORAIS, LOPES, PRIORE, 2020).

Os indicadores de acesso a bens e serviços refletem as questões de renda e reforçam esta avaliação. Entre estes indicadores destacamos o acesso à energia elétrica, água potável, saneamento básico, fogão a gás, geladeira e material de construção da moradia do tipo alvenaria (MORAIS; ANDRÉ, 2020).

Alguns instrumentos que agrupam estes indicadores podem ser utilizados de forma complementar na avaliação desta situação. Destacamos o utilizado na Pesquisa Padrões de Vida (PPV), denominado “Critérios de Classificação para avaliação das condições de habitação” que considera quatro grupos para avaliação: habitação, serviços, bens e densidade de moradores no domicílio (IBGE, 1998). E o “Critério Brasil” que avalia a posse de eletrodomésticos, instrução do chefe da família e a acesso a serviços públicos (ABEP, 2021).

Disponibilidade de alimentos

Os alimentos disponíveis no domicílio, avaliados segundo o número de moradores e em determinado período de referência, indicam se os mesmos são suficientes pra suprir as necessidades daquela família (PEREIRA; SICHIERE, 2007; SCHOTT et al., 2020).

Geralmente utiliza-se uma lista de alimentos elaborada conforme os hábitos e cultura da população, e se aplica ao responsável peça aquisição ou preparo dos alimentos para a família.

Na avaliação da SAN pelo indicador de disponibilidade podemos considerar a calorias disponíveis por pessoa (Figura 5), bem como os grupos de alimentos presentes.

Na avaliação da SAN pelo indicador de disponibilidade podemos considerar a

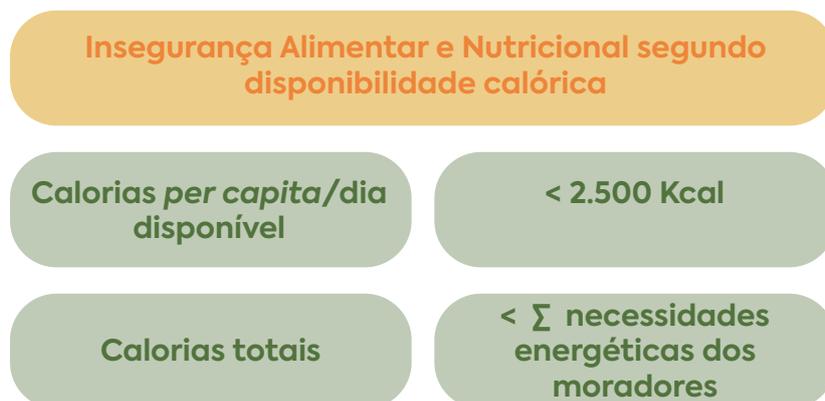


Figura 6. Insegurança Alimentar e Nutricional segundo indicador de disponibilidade calórica.

A presença de água disponível para consumo e produção de alimentos pode ser considerada como um indicador de SAN. Vale reforçar que a água é um alimento, e por isso seu acesso regular deve ser considerado como Direito Humano. Além disso, é bem essencial para produção de alimentos, tanto vegetais como de origem animal.

Ao avaliarmos a disponibilidade de alimentos a origem deve ser considerada. Sabe-se que alimentos oriundos da própria produção, chamados de alimentos para autoconsumo, contribuem para a promoção da SAN, enquanto os adquiridos de forma monetária podem comprometer o orçamento familiar e conseqüentemente levar a situação de Insegurança Alimentar e Nutricional. Assim, quanto maior a variedade de alimentos produzidos para autoconsumo, melhor sua relação com a SAN.

Indicadores nutricionais

O consumo alimentar e o estado nutricional, dado pela antropometria ou exames bioquímicos, são indicadores indiretos da (in) SAN, retratando a qualidade dos alimentos consumidos e seus reflexos na saúde dos indivíduos.

- Consumo alimentar

A relação entre consumo alimentar e a SAN ocorre quando há presença de consumo de alimentos variados; dos diferentes grupos alimentares, priorizando aqueles in natura e minimamente, em atendimento às necessidades individuais de nutrientes e calorias.

Em contrapartida, a omissão de refeições; o consumo alimentar inadequado, com consumo excessivo de açúcar, óleo/gordura e ultraprocessados; e a monotonia alimentar indicam situação de Insegurança Alimentar e Nutricional.

- Estado nutricional

O estado nutricional inadequado, caracterizado pela presença de baixo peso, baixa estatura e excesso de peso (sobrepeso ou obesidade) são indicadores da situação de Insegurança Alimentar e Nutricional. Estes quadros traduzem o estado de má nutrição, característicos de uma alimentação inadequada, marcada por escassez e excesso, inclusive de alimentos não saudáveis. Assim, independentemente da idade e do estado fisiológico, a avaliação antropométrica, realizada pelas medidas de peso, estatura e perímetro da cintura, por exemplo, devem ser incentivadas.

Ainda, a avaliação do estado nutricional por meio dos exames bioquímicos também pode ser utilizada na mensuração da (in) SAN. A presença de carências nutricionais como deficiência de ferro e outros minerais, bem como de vitamina A ou outras vitaminas caracterizam a situação de “fome oculta” na população, em especial em grupos com peso normal e /ou excesso de peso.

Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional no Contexto do Sistema Alimentar

Os indicadores são mensurações de uma realidade que contribuem para o conhecimento, bem como a organização do diagnóstico e auxiliam o monitoramento de ação e avaliação de processos. As mensurações feitas para a construção dos indicadores conta com mensurações consolidadas, que são medidas de observação dos indivíduos inseridos nos grupos; ecológica ou ambiental, que são as características físicas onde estão inseridos os indivíduos/grupos; e a global que avalia grupos e espaços não considerando o nível individual (OPAS).

A avaliação da situação de SAN é complexa porque se relaciona a própria organização de dimensões do sistema alimentar, uma vez que, não é possível discutir alimentação para toda a população sem incorporar debates em torno do sistema alimentar.

Para a compreensão desta rede, que é o sistema alimentar, e a proposição de um diagnóstico efetivo ou monitoramento das ações relacionadas, por meio dos indicadores, é necessário ações sistêmicas. Como fundamentação, é necessário compreender estes sistemas e identificar as falhas e vulnerabilidades existentes nos mesmos que são possíveis geradores de insegurança alimentar e nutricional. A Figura 6 apresenta alguns sistemas interligados ao sistema alimentar que estão relacionados às dimensões de SAN e que exigem maior monitoramento para o seu atendimento, por meio dos indicadores desta situação (FAO, 2021).



Fonte: Elaborado pelos autores; FAO, 2021; OECD/FAO/UNCDF 2016.

Figura 7. Sistema Alimentar e sua estruturação através de outros sistemas como facilitador de inserção de indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional.

Segundo documento publicado em 2016, intitulado “Adoção de uma Abordagem Territorial à Política de Segurança Alimentar e Nutricional”:

Os sistemas alimentares globais, nacionais e locais são extremamente complexos e dinâmicos, evoluindo ao longo do tempo. Portanto, é necessário realizar uma análise em escala viável, que pode ser operacionalizada por meio de uma abordagem de cadeia de valor. Este tipo de abordagem é uma das várias abordagens possíveis para analisar sistemas alimentares (OCDE, FAO, UNCDF, 2016).

Com isso, a utilização dos indicadores como ferramentas direcionadoras da tomada de decisão deve ser incentivada a fim de, contribuir com a efetividade da organização de ações em alimentação e nutrição, considerando esta visão sistêmica. Para cada sistema que comporta a esfera maior do sistema alimentar tem indicadores que podem ser utilizados para avaliar desfechos da (in) SAN sendo eles apresentados na Figura 7. Estes são interligados podendo mais de um indicador contribuir com a categorização de mais de um sistema.



Sistema Climático → Impactos do efeito estufa, acesso a água, uso da terra, eutrofização e ecotoxicidade pelo uso de agrotóxicos, contaminação do solo e água



Sistema Agrícola → Diversidade produtiva, fertilidade do solo, produção de biomassa, compactação de solo, acesso à terra, uso de agrotóxicos, tipo de agricultura praticada, irrigação



Sistema de mercado → Atendimento de demanda, organização de logística, tipo de transporte utilizado



Sistema de gestão de resíduos → Saneamento básico, destino no lixo e tratamento de água



Sistema de fornecimento de Insumos → Acesso a programas de apoio a agricultura familiar



Sistema de energia → Acesso a energia, tipo de produção energética utilizada



Sistema comercial → Criação de mercados e participação em programas de ação pública de incentivo a venda de alimentos



Sistema de saúde → Acesso aos serviços de atendimento e promoção da saúde, controle de doenças (vacinação), acompanhamento pré-natal, profilaxia de deficiências de micronutrientes em crianças e gestantes, exposição a agrotóxicos, resíduos nos alimentos, tipos de fogões, bioconcentração nos alimentos, resistência a antibióticos, presença de obesidade e deficiência de micronutrientes



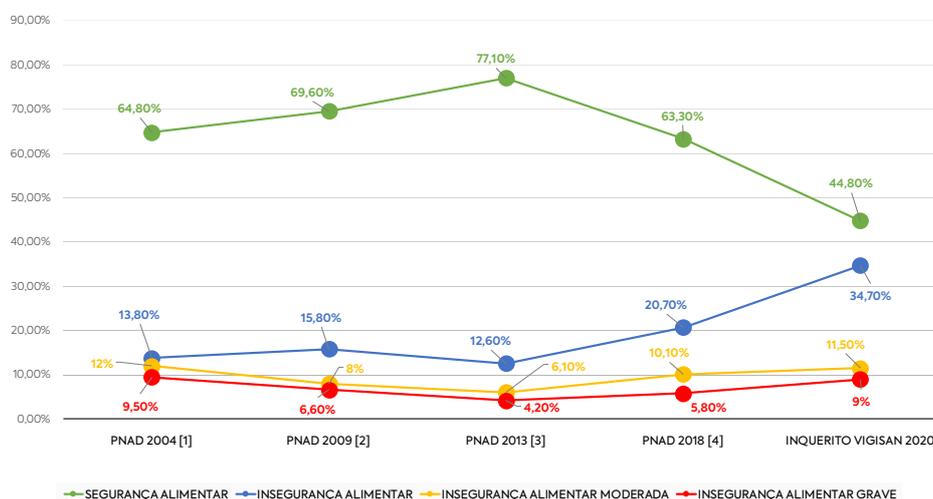
Sistema de educação → Impactos do efeito estufa, acesso a água, uso da terra, eutrofização e ecotoxicidade pelo uso de agrotóxicos, contaminação do solo e água

Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de FAO, 2021; OECD/FAO/UNCDF 2016.

Figura 8. Indicadores que contribuem para a compreensão do Sistema Alimentar.

Situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

A desorganização das ações, programas e políticas públicas estão repercutindo em modificações no cenário da insegurança alimentar e nutricional no Brasil, agravadas pelo contexto da pandemia pela COVID-19. A partir dos anos de 2003, a priorização da agenda da fome e combate à miséria fez com que o país obtivesse ganhos na área da SAN, porém devido ao processo desarticulador, exemplificado pela extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) pela Medida Provisória nº 870 promulgada em 1º de janeiro de 2019, e pela extinção de Ministérios específicos que atuavam na promoção da SAN, estão ocorrendo retrocessos, como apresentado na Figura 8.



Fonte: Dados reanalisados para a escala de oito itens, a partir das pesquisas: [1] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003-2004 (IBGE); [2] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009 (IBGE); [3] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014 (IBGE); [4] Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE).

Figura 9. Situação de Insegurança Alimentar no Brasil, avaliada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

A situação de insegurança alimentar é ainda mais agravada nas regiões Norte e Nordeste do país, bem como na zona rural com prevalências acentuadas durante a pandemia do Covid-19 (IBGE, 2020; Rede PENSSAN, 2021).

A avaliação por outros indicadores reforça a presença de insegurança alimentar e nutricional marcada, ao longo dos anos, pelo (a): redução no consumo de alimentos tradicionais como arroz, feijão, carnes, frutas e leite; aumento da inadequação de consumo de micronutrientes, como cálcio, zinco, vitamina A, entre outros; elevação do excesso de peso; e aumento da disponibilidade domiciliar de alimentos ultraprocessados (IBGE, 2020).

Ainda, durante a pandemia do Covid-19 verificou-se maior redução no consumo de alimentos como carnes, leite, frutas e verduras naquelas famílias

que encontravam-se em situação de insegurança alimentar pela EBIA (GALINDO et al., 2021).

Ações da academia e de projetos sociais na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional



O trabalho desenvolvido pelo **Projeto Pró-semiárido** traz como proposta de avaliação para focalização das ações os eixos de vulnerabilidades que podem ser socioeconômicas: os riscos são flutuação de preço, perda de ativos, intensificação do processo de pauperização dos agricultores, insegurança alimentar e hídrica e migração. Já os ambientais são degradação de terras, perda da biodiversidade, mudanças climáticas e desertificação.

A avaliação da pobreza das comunidades a serem inseridas no projeto foram estimadas, através de três formas: 1) produzir menos que caracterizaria uma situação de insegurança alimentar e nutricional com diminuição de inserção em processos de comercialização; 2) desorganização das comunidades, uma vez que esta desorganização impediria o desenvolvimento; 3) menor acesso a políticas e programas públicas. Sendo assim através destes monitoramentos o projeto abrangeu 115 territórios rurais com mais de 700 comunidades rurais. Identificação dos subsistemas organizados através dos planos organizados junto as comunidades facilitam as ações de SAN.

A inserção da Caderneta Agroecológica para visibilidade do trabalho da mulher tem proporcionado melhorias na vida destas, uma vez que o registro da produção auxilia na compreensão/ representação do seu trabalho. Isso, não ficando a cargo somente do ambiente doméstico, mas também produtivo.

Referências

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Integration of environment and nutrition in life cycle assessment of food items: opportunities and challenges. Rome, 2021.

GALINDO, E. et al. “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.” Food for Justice Working Paper Series, no. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. 56p. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro, 2020.

MORAIS, D. C.; ANDRÉ, H. O. Indicadores sociais e nutricionais da Insegurança Alimentar e Nutricional. In: MORAIS, D. C.; SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional. p. 93-115. FACEV. 2020.

MORAIS, D.C.; LOPES, S.O.; PRIORE, S.E. Indicadores de avaliação da Insegurança Alimentar e Nutricional e fatores associados: revisão sistemática. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 2687-2700, 2020.

OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. Indicadores de Saúde: Elementos conceituais e práticos. Disponível em: https://www3.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&view=download&alias=45251-indicadores-saude-elementos-conceituais-e-praticos-251&category_slug=health-analysis-metrics-evidence-9907&Itemid=270&lang=pt

OECD/FAO/UNCDF (2016), Adopting a Territorial Approach to Food Security and Nutrition Policy, OECD. Publishing, Paris.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR - Rede PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN). 2021.

MÓDULO 3

AÇÕES EDUCATIVAS DE ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE COMO PROMOTOR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Palestrantes:

Victor Maciel – UFRJ

Miguel David – PROCASE/ Feiras Agroecológicas

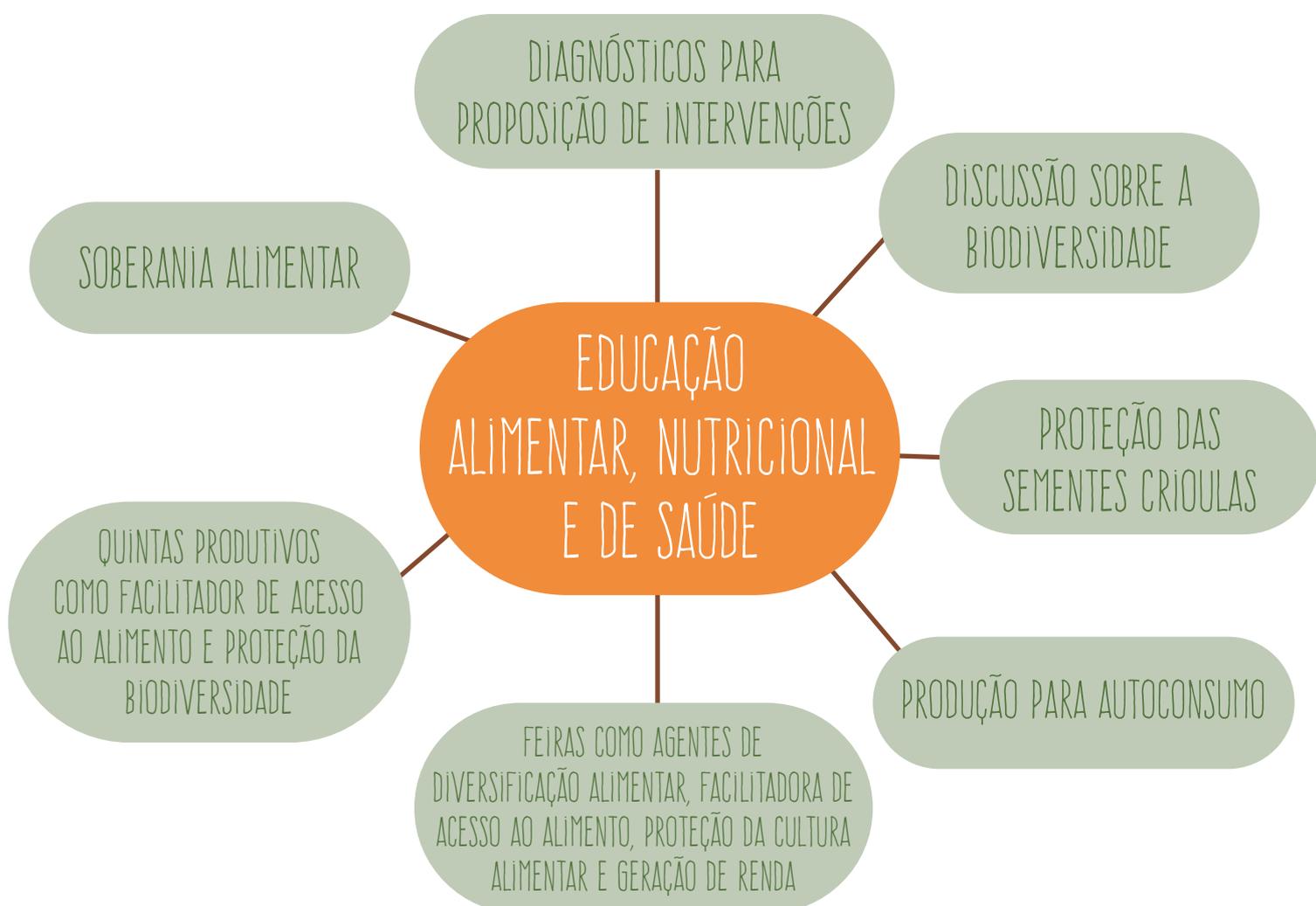
Vanessa Schottz – UFRJ

Paulo Petersem – ANA

Sílvia Oliveira Lopes – UFV

Romero Teixeira – UFVJM

Moderação: Bianca Lima Costa – UFV



Contextualização

As ações educativas são potencializadores de mudanças, sejam elas em uma esfera pessoal ou social. Assim, a organização de intervenções que buscam trazer ferramentas que permitam a sua construção coletiva e a difusão, com a utilização de metodologias ativas que auxiliem o processo, de forma a incorporar saberes e práticas do cotidiano, permitindo uma maior efetividade das ações.

Esta crescente valorização destas estratégias fortalece práticas no contexto da alimentação como, a Educação Alimentar e Nutricional promotora de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), uma vez que, com a aprovação da Lei Orgânica nº 11.348/2006 de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) consagrou a importância das ações de SAN, bem como o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) dentro das discussões na temática alimentação e nutrição no Brasil (BRASIL, 2006).

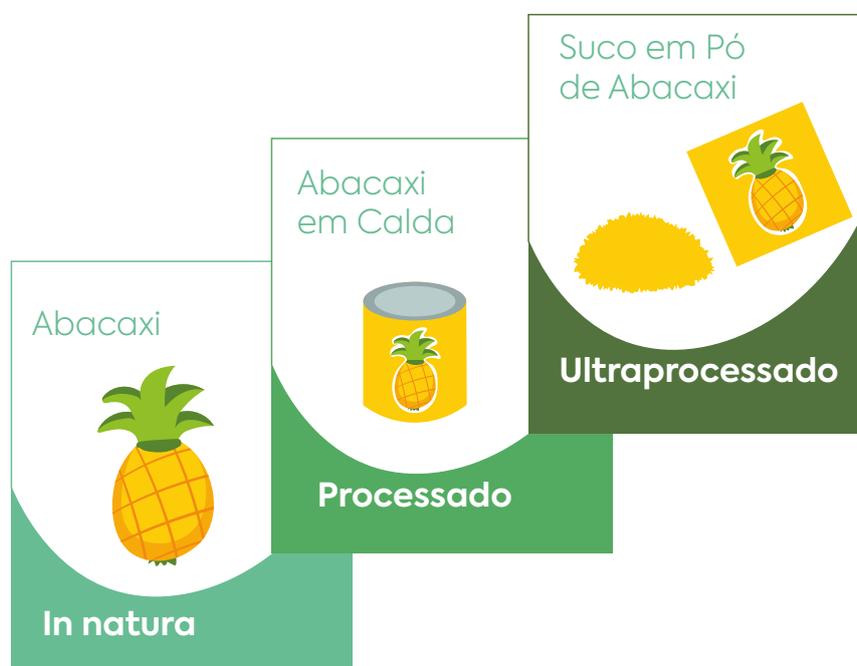
As ações de Educação Alimentar e Nutricional são importante meio de construção na promoção da saúde. Porém, caracterizam-se como um processo que demanda organização, tempo de execução e um contínuo de experimentação, ressignificação e possibilidade de mudança e construção, configura-se assim um desafio (LOPES et al., 2021).

A divulgação de ações bem sucedidas e a difusão de planos de ação das estratégias educativas, tem permitido que mais ações sejam adaptadas em outros contextos. Isso faz com que ocorra uma maior organização de práticas que promovam saúde em diferentes espaços.

Pensando a organização de processos educativos, são inseridos muitos caminhos para o alcance da SAN. Dentro deste contexto a compreensão do sistema alimentar se faz primordial, uma vez que, muitas “escolhas” alimentares perpassam por questões envolvendo o mercado como preço, disponibilidade, variáveis climáticas, dentre outras. Isso independe de uma ação única ou individual sendo o coletivo algo que tem maior expressividade e possibilidade de despertar para mudanças, a exemplo, a Movimento *Slow Food*, que traz discussões em torno da compreensão de que:

A comida envolve muitas dimensões da vida, é um dos elementos principais que moldam nossa identidade e nossas relações com o mundo. A comida é conexão com o território e a natureza. Ela é memória e afeto, é história e patrimônio; permeia todas as culturas e muitos rituais, além de definir relações econômicas, sociais e políticas. Mas, antes de tudo, a comida é uma necessidade básica para a sobrevivência e para o bem estar. O que ingerimos pode beneficiar ou prejudicar a saúde do nosso corpo, da mesma forma que influencia a saúde do meio ambiente e das pessoas ao nosso redor (SLOW FOOD, 2021).

Interpretando a alimentação como condição humana básica e sua relação dentro da organização social, os alimentos passaram a serem “vistos” como mercadoria, sendo considerados *commodities* agrícolas. Portanto, gerou perdas na relação com a origem dos alimentos e distanciamento do produtor com o consumidor. Este espaço passa a ser preenchimento por outras estruturas econômicas, como a indústria. A indústria direciona esforços de inserção no ambiente doméstico de outros perfis de comida/produtos, como alimentos processados e ultraprocessados (Figura 9). A inserção da indústria gerou grande avanços, porém, a perda da identidade do produtor com consumidor e uma busca constante por praticidade, precarizou a relação com o alimento, gerando perdas nas culturas alimentares e práticas culinárias (BRASIL, 2014; FAO, 2021a).



Fonte: BRASIL, 2014.

Figura 10. Grau de processamento do abacaxi segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014).

Sistema Alimentar X Segurança Alimentar e Nutricional

Para a garantia da SAN são necessárias ações e políticas públicas intersetoriais que permitam a articulação de estratégias. O Sistema deve ser compreendido com o máximo de esforço, isso porque não se consegue estruturar uma ação educativa efetiva se não houver a interpretação das variáveis direcionadoras que interferem no processo de escolha dos indivíduos e grupos. Os elementos que compõe este sistema devem fazer parte do planejamento das ações, em especial das ações educativas (Figura 10).



Fonte: Wilkins, J. and Eames-Sheavly, M. Discovering the Food Seston: An experiential learning program for young and inquiring minds Cornell University, Departamentos of Nutritional Science and Horticulture.

Figura 11. Elementos que compõe o sistema alimentar.

Os sistemas alimentares buscam tornar-se cada vez mais eficientes e tecnologicamente avançados no fornecimento de alimentos/produtos para atender às demandas da população mundial. Porém, para este desenvolvimento há utilização de recursos naturais que estão cada vez mais escassos. Assim, a sustentabilidade dos sistemas alimentares se torna tema de discussão porque não se consegue fornecer dietas saudáveis se não “colocar na balança” a relação homem e meio ambiente. O modo como nos alimentamos, e do que alimentamos direciona a demanda de recursos naturais (FAO, 2021a).



Os sistemas alimentares contribuem com cerca de um terço do total de emissões antropogênicas de gases de efeito estufa (TUBIELLO et al., 2021).

A desigualdade é um contraponto envolvido dentro da organização destes sistemas alimentares, onde se tem situação de fome que afeta 811 milhões de pessoas em 2020 (FAO, 2021b), situação esta agravada pela pandemia de COVID-19. Ao mesmo tempo, tem-se uma prevalência global de 13,1% em 2016 de obesos (FAO, 2021b) e 39% dos adultos estão agora acima do peso (WHO, 2021). Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) “mais de 3 bilhões de pessoas não podem pagar por uma dieta saudável”. Esta realidade ainda está associada a processos de carência de micronutrientes, caracterizando a “Fome Oculta” (OSENDARP et al., 2020).



Uma dieta saudável é 2 a 5 vezes mais cara do que uma dieta baseada em alimentos energéticos como ultraprocessados (HERFORTH et. al., 2020)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) pactuados apontam a proposição de estratégias e metas para a melhoria das condições de saúde e vida da população mundial, ressaltando a relação com o meio ambiente. Ainda, evidencia em suas metas e objetivos a importância de diminuição dos impactos negativos dos sistemas alimentares sobre os ecossistemas e recursos naturais para que consiga promover saúde e manutenção da vida (Figura 11).



Fonte: OPAS, 2015.

Figura 12. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Alternativas para melhoria destes sistemas alimentares perpassa pela organização de sistemas alimentares regionais e locais. Isso contribui para diminuição de desperdícios envolvendo em especial o transporte rodoviário, o desenvolvimento econômico e social local, aproximação do agricultor/ produtor com o consumidor, resgate de práticas e culturas agrícolas, sendo possível ocorrer a diminuição da utilização de agrotóxicos e incentivo a agroecologia.

Os impactos em nível individual ou coletivo do oferecimento de alimentos advindo de modelos agrícolas regionais favorecem a promoção da SAN, além de facilitar a proposição de estratégias de Educação Alimentar e Nutricional. Esta é favorecida porque permite a construção de um espaço de saber compartilhado entre agricultores/agricultoras e consumidores, podendo contribuir com a inserção de discussões como: de proteção da biodiversidade, importância da proteção de sementes crioulas, produção para autoconsumo,

quintais produtivos como facilitador de acesso ao alimento e proteção da biodiversidade, desenvolvimento rural e agroecologia.

Saiba mais:

Sementes crioulas: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8814/1/Sementes%20crioulas.pdf>

Produção para autoconsumo: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-03542010000200005

Quintas produtivos: http://portalsemear.org.br/wp-content/uploads/2020/08/LIVRO_GASTROQUINTA_PT-BR_WEB_PAG_SEQ-1.pdf

Desenvolvimento rural: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20documento_de_referencia.pdf

Políticas e ações que contribuem com a promoção da Educação Alimentar e Nutricional no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional

As ações públicas são indispensáveis para o alcance da promoção da SAN, e dentro destes contextos estão inseridas as políticas. O Brasil já foi destaque neste processo de proposição de ações de alimentação e nutrição, em especial a partir de 2003, com a priorização do combate à fome e à pobreza. Para a discussão da relação da Educação Alimentar e Nutricional e a SAN são articuladas e interrelacionadas a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) (Figura 12), Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) do Sistema Único de Saúde (SUS) (Figura 13) e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (Figura 14).

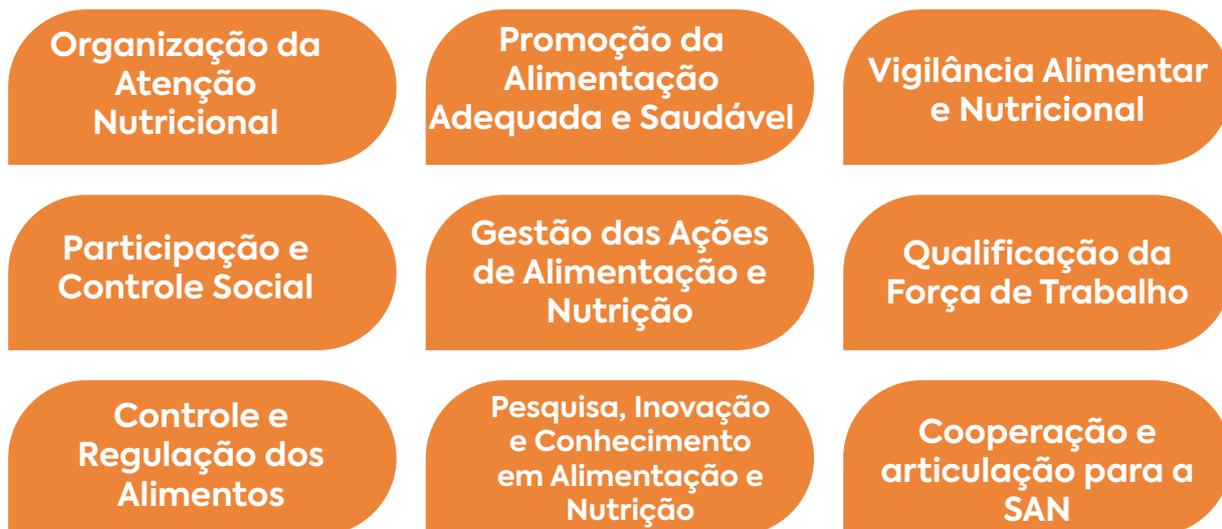


Figura 13. Diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN).

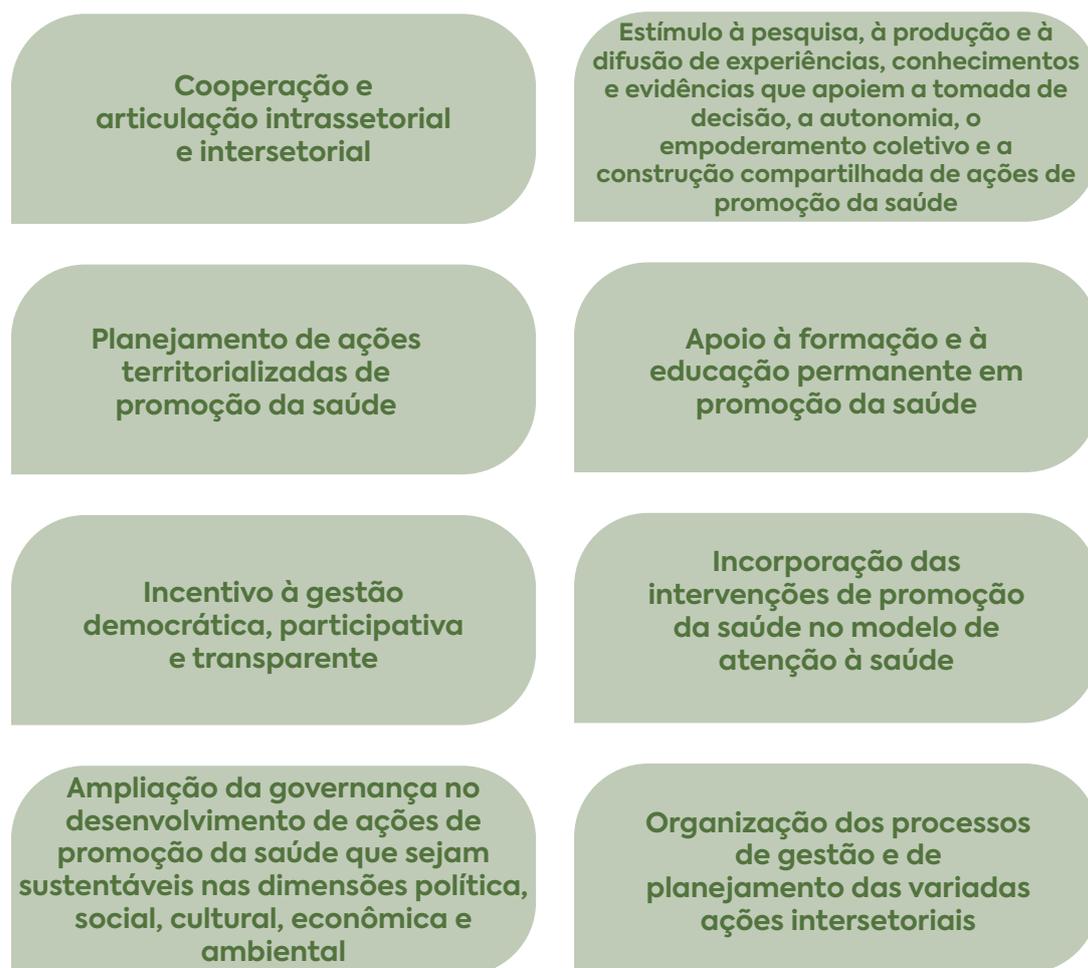


Figura 14. Diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS).

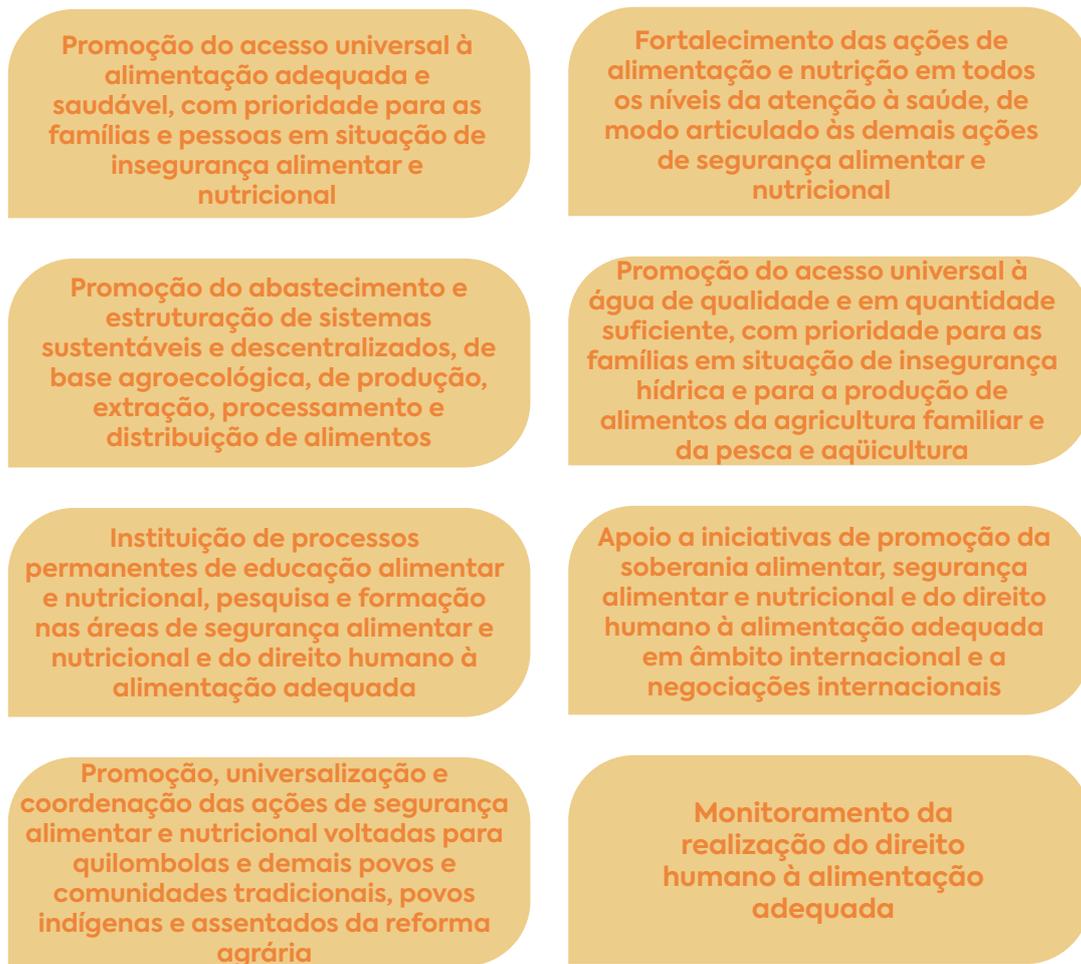


Figura 15. Diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Estas políticas, cuja as diretrizes foram apresentadas nas Figura 12 a 14, se correlacionam tendo por objetivos comuns a promoção da SAN, através de ações diretas e indiretas utilizando da Educação Alimentar e Nutricional como ferramenta para seu alcance. Além disso, tem pontos comuns como a necessidade de se pensar organização de ações intersetoriais que considerem o planejamento de ações relacionadas aos territórios aos quais os indivíduos estão inseridos para o alcance da promoção da saúde.

Ações da academia e de projetos sociais na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional



Processos de articulação entre a academia e projetos sociais são incentivados e aqui apresentamos alguns destes projetos que são realizados em parceria com o **AKSAAM: Adaptando Conhecimento para a Agricultura Sustentável e o Acesso a Mercados**, que é um programa do FIDA (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola), em parceria com instituições públicas, que visam ampliar o acesso a segurança alimentar e nutricional.

Esta união de grupos busca discutir e trabalhar a importância da agrobiodiversidade com famílias agricultoras no semiárido bahiano. A experiência relatada no webinar, discutiu a importância de sementes crioulas e das raças de animais localmente adaptadas. Buscou-se, avaliar como as famílias já trabalhavam com estas sementes e animais para assim elaborar planos de ação que incentivassem a inclusão da agrobiodiversidade como eixo de discussão. O projeto é realizado no Extremo Norte da Bahia envolvendo nove municípios. São atendidas direta e indiretamente 800 famílias agricultoras. O projeto pode ser dividido em quatro eixos: Formação de equipes e dos/das agricultores/as expermentadores/as, estruturação produtiva e metodológica, intercâmbios e comunicação e visibilidade.

Estes projetos atuam diretamente no combate à pobreza e extrema pobreza rural e favorecem a SAN, com intervenções propositivas e sustentáveis, uma vez que geram o desenvolvimento participativo no meio rural, gerando empoderamento e autonomia dos agricultores familiares, inclusive de comunidades tradicionais.

Referências

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Integration of environment and nutrition in life cycle assessment of food items: opportunities and challenges. Rome, 2021a.

TUBIELLO, Francesco N. et al. Greenhouse gas emissions from food systems: building the evidence base. *Environmental Research Letters*, v. 16, n. 6, p. 065007, 2021.

Osendarp, S.J.M., Brown, K.H., Neufeld, L.M., Udomkesmalee, E. & Moore, S.E. 2020. The double burden of malnutrition—further perspective. *The Lancet*, 396(10254): 813

FAO, IFAD, UNICEF, WFP & WHO. 2021. The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming Food Systems for Food Security, Improved Nutrition and Affordable Healthy Diets for All. Rome, FAO

Herforth, A., M. Arimond, C. Álvarez-Sánchez, J. Coates, Christianson, K. & Muehlhoff, E. 2019. A Global Review of Food-Based Dietary Guidelines. *Advances in Nutrition*, 10(4): 590–605

WHO. Organização Mundial de Saúde. Fact Sheet/Obesity and overweight 2021. Disponível em: www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight

